

Psicologia Comunitária na América Latina e Caribe: uma revisão sistemática de literatura

Leticia Lopes de Souza  ¹, Mateus Vitor dos Reis , Weverton Corrêa Netto  ¹, & Telmo Mota Ronzani  ²

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Brasil.

RESUMO

A Psicologia Comunitária Latino-americana é compreendida a partir da sua relação direta com a formação social, política e econômica do continente. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da produção acadêmica da Psicologia Comunitária na América Latina e Caribe. A busca pelos descriptores “Community Psychology”; “Community Social Psychology”; “Psicologia Comunitária” e “Psicologia Social Comunitária” foi feita nas bases de dados BVS, PubMed, PsycNET, Lilacs, Pepsic, IndexPsicPeriod e Scielo, nos idiomas Inglês, Espanhol e Português entre o período de 2012 a 2021. A amostra final reuniu 72 estudos que foram classificados de acordo com as categorias: dados descritivos; tipo de publicação; populações e comunidades; territórios; diversidade das perspectivas de atuação; e métodos e técnicas de investigação. Os resultados apontam que há uma aproximação da Psicologia Comunitária com comunidades e populações marcadas por situações de desigualdade e opressão, e ainda uma pluralidade teórico-metodológica nos artigos analisados. Observou-se também a pouca aproximação com territórios rurais em comparação aos territórios urbanos e a ausência de artigos que realizem um recorte de gênero específico. Por fim, destaca-se a importância de mais estudos que partam de perspectivas participativas de investigação.

Palavras-chave

Psicologia Comunitária; América Latina; revisão sistemática de literatura

ABSTRACT

Latin American Community Psychology is understood from its direct relation with the social, political and economic formation of the continent. In this sense, the present study aimed at conducting a systematic review of the academic production on Community Psychology in Latin America and the Caribbean. The search for the descriptors "Community Psychology"; "Community Social Psychology"; "Psicologia Comunitária" and "Psicologia Social Comunitária" was made in the databases BVS, PubMed, PsycNET, Lilacs, Pepsic, IndexPsicPeriod and Scielo, in English, Spanish and Portuguese, from 2012 to 2021. The final sample brings together 72 studies which were classified according to the categories: descriptive data; type of publication; populations and communities; territories; diversity of perspectives of action; and research methods and techniques. The results show that there is an approximation of Community Psychology with communities and populations marked by situations of inequality and oppression, and also a theoretical and methodological plurality in the articles analyzed. It was also observed that there is not much approximation with rural territories in comparison to urban territories, and the absence of articles that make a specific gender approach. Finally, the importance of a greater number of studies based on participatory research perspectives is highlighted.

Keywords

Community Psychology; Latin American; systematic literature review



¹ Correspondence about this article should be addressed **Leticia Lopes de Souza**: lleticialds@gmail.com

² **Conflicts of Interest:** The authors declare that the research was conducted in the absence of any commercial or financial relationships that could be construed as a potential conflict of interest.

Community Psychology in Latin America and the Caribbean: a systematic literature review

Introdução

Para se tratar da Psicologia Comunitária (PC) na América Latina (AL) é preciso recorrer à sua história. História essa que é atravessada e está intimamente relacionada com a da formação social, política e econômica do continente, assim como pelas diferentes apropriações dessa realidade pela Psicologia e das respostas produzidas por essa área do conhecimento, enquanto campo de estudo e intervenção (Freitas, 2016).

A colonização, a exploração econômica e humana, a passagem por regimes ditatoriais e autoritários e a inserção dependente na ordem do capital, em relação aos países do Norte do globo, são algumas das cicatrizes históricas compartilhadas por boa parte dos países latino-americanos (Goes et al., 2015; Sousa & Macedo, 2019). Porém, mais do que cicatrizes fechadas e estanques, essas características presentes em sua formação são responsáveis pela América Latina ser, nas palavras de Eduardo Galeano (2010), “a região das veias abertas”. Isso pois, conforme apontam Cidade, Junior e Ximenes (2012), tem-se como decorrência desses processos que as condições de vida das maiorias populares no continente são profundamente marcadas pela pobreza - em uma perspectiva multidimensional -, por dificuldades no acesso a direitos básicos como alimentação, moradia e educação, por expressões da violência social, entre outros.

Apesar da desigualdade social e de exclusão que marcam nossa região, é somente a partir de meados da década de 70 que uma preocupação significativa por parte da Psicologia com essas e outras “situações-limite” (Martin-Baró, 1990), vivenciadas por parcelas majoritárias da população na AL, ganham espaço no meio acadêmico. É nesse mesmo contexto, no interior da Psicologia Social (PS), em que se desenrola a sua chamada “Crise”, movimento de crítica à área - passível de ampliação para toda a Psicologia - por seu caráter individualizante, universalizante, a-histórico, descontextualizado e descompromissado com os problemas sociais concretos enfrentados cotidianamente pelas classes populares no continente, assim como pela insuficiência de suas teorias e métodos tradicionais para a compreensão e intervenção em tais contextos (Góis, 2005).

Assim, de acordo com Gonçalves e Portugal (2016), diferente de seu surgimento e desenvolvimento nos países do Norte, atrelado à expansão dos serviços de Saúde Mental de base comunitária, a PC na AL surge como resposta própria do campo da PS ao

descompromisso da Psicologia com a mudança da realidade social da região. Essa é a razão pela qual, no contexto latino-americano, ela também possui a alcunha (simultaneamente científica e geográfica) de Psicologia Social Comunitária. Ademais, embora seu surgimento tenha sido atrelado ao campo da PS, o desenvolvimento da PC na AL também sofreu a influência de diversos outros autores, teorias e métodos de base latino-americana ou não, pertencentes ou não ao campo da PS, que contribuíram para a delimitação de seu campo conceitual e prático. A título de exemplo, são aqui elencados, sem nenhuma pretensão de esgotamento de todas as influências da área, a Educação Libertadora do educador brasileiro Paulo Freire, a Psicologia da Libertação do psicólogo salvadorenho Ignácio Martin-Baró, a Pesquisa-Ação e a Dinâmica de Grupos do psicólogo alemão Kurt Lewin, a Investigação-Ação Participativa do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, a Psicologia Política e Comunitária da psicóloga venezuelana Maritza Montero, dentre outros.

Nesse sentido, a Psicologia Comunitária é definida, segundo Montero (1984), como um ramo da psicologia que estuda os fatores psicosociais que permitem desenvolver e fortalecer o controle e poder que os indivíduos têm condições de exercer sobre seus contextos, no sentido de solucionar problemas que os afligem e alcançar mudanças nos mesmos. Além disso, ela versa sobre formas específicas de relação entre as pessoas unidas por laços de identidade construídos em relações historicamente estabelecidas, que por sua vez constroem e delimitam o campo da *comunidade*.

A definição acima, apesar de não abranger toda a pluralidade das concepções existentes de PC, suas diversas perspectivas teórico-metodológicas e as particularidades do seu desenvolvimento em cada país (Gonçalves, 2019), mostra-se como instrumental uma vez que destaca princípios e aspectos de pano de fundo comum daquilo que é hoje (re)conhecido como a Psicologia Comunitária latino-americana (Freitas, 2016). Alguns dos principais elementos que fundamentam a área é a sua concepção de homem como sujeito ativo, histórico e relacional (Montero, 2004; 2014), assim como um enfoque crítico e desestruturador da realidade estabelecida, voltado para a conscientização (Freire, 2019; Martin-Baró, 1997) e o fortalecimento através do trabalho dialógico, horizontal e participativo com os sujeitos comunitários e seus saberes. Portanto, implica na devolução sistemática daquilo que foi produzido durante as pesquisas e intervenções e no compromisso ético-político do psicólogo, cujo papel é de atuar como “catalisador” de mudanças, direcionando suas ações para a transformação social e das condições de vida dos sujeitos e comunidades.

Diante do cenário exposto acima, comprehende-se que a Psicologia Comunitária na América Latina constitui um campo do saber complexo, mas que possui importantes pressupostos teóricos-metodológicos e um compromisso ético-político inerente às suas propostas de atuação, através das quais busca oferecer respostas contextualizadas aos problemas e necessidades psicossociais da realidade dos povos latino-americanos. Contudo, de acordo com Wiesenfeld (2014), ao realizar uma análise de revisões críticas da produção psicossocial comunitária latino-americana existentes até aquele momento, permanecem questionamentos acerca da correspondência entre a retórica discursiva da PC na AL e seus trabalhos e resultados práticos na resolução dos problemas sociais vivenciados pelas comunidades no continente.

Dessa maneira, o estudo e a compreensão dos trabalhos realizados na área na última década se fazem necessários para refletir acerca do que tem sido produzido sob o nome da PC na AL hoje e ainda, como tais trabalhos se relacionam com os pressupostos teórico-metodológicos e ético-políticos propostos ao longo de seu desenvolvimento enquanto disciplina. É nesse sentido que o presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática dos trabalhos produzidos pela Psicologia Comunitária na América Latina e Caribe na última década, buscando explorar quais são as características da produção científica em Psicologia Comunitária na América Latina e Caribe atualmente.

Método

A revisão sistemática foi conduzida de acordo com os critérios estabelecidos pelo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Page et al., 2020). Dessa forma, as buscas pelos descritores “Community Psychology”; “Community Social Psychology”; “Psicologia Comunitária” e “Psicología Social Comunitaria” foram realizadas em fevereiro de 2022 nas bases de dados BVS, INDEXPsicPeriod, PubMed, Scielo, PsycNET, LILACS e Pepsic. Tais bases de dados foram escolhidas pois são as principais para busca de artigos científicos no mundo, em especial o PubMed que se apresenta como principal base de dados internacionais, como aponta Falagas et al. (2008). As demais bases foram incluídas por serem importantes no campo da psicologia e na região da América Latina. Como o objetivo principal deste trabalho é apresentar e discutir sobre o que tem sido produzido em Psicologia Comunitária

na América Latina, o primeiro passo dos pesquisadores foi buscar pelos termos no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), todavia os mesmos não foram encontrados. Dado este impasse, a definição dos descritores ocorreu a partir da literatura de referência da área a fim de abarcar todas as publicações que têm como centralidade a utilização da Psicologia Comunitária.

Os artigos encontrados foram inseridos no Zotero, um *software* utilizado como gerenciador de referências, para facilitar o trabalho de pesquisadores. Os trabalhos duplicados foram retirados. A partir de então, foi realizada a leitura do título e do resumo dos artigos e os trabalhos foram submetidos aos critérios de inclusão: relatos de pesquisa ou relatos de experiência, que ocorreram nos países da América Latina e Caribe, publicados em Inglês, Espanhol e Português entre o período de 2012 a 2021. A escolha deste recorte de tempo (últimos 10 anos) para seleção dos artigos foi realizada para que os resultados obtidos neste trabalho concentrem-se no que existe de mais atual nas produções da área. A inclusão dos três idiomas foi definida para que seja possível abranger o maior número possível de publicações. A escolha dos países remete ao objetivo principal deste trabalho, que se volta para o continente latino-americano, uma vez que nessa região a Psicologia Comunitária possui particularidades de interesse para a pesquisa. Foram excluídos artigos teóricos, teses e dissertações.

Após essa primeira etapa, os artigos foram divididos igualmente entre os autores deste trabalho para que sejam lidos na íntegra e categorizados de acordo com categorias de análise, escolhidas e aprovadas previamente pelos pesquisadores da equipe, distribuídas em uma planilha no *Microsoft Excel* para organização das informações. Sendo essas categorias: ano de publicação; idioma; tipo de estudo (relato de experiência ou relato de pesquisa); país de origem da pesquisa; área principal da revista (Psicologia, Saúde, Educação, Ciências Humanas, Interdisciplinar); tipo de metodologia utilizada (qualitativa, quantitativa ou mista). Além dessas, os artigos também foram categorizados levando em consideração; área predominante do estudo (Social, Educacional, Saúde, Saúde Mental, Desenvolvimento Humano, Psicologia Organizacional/ do Trabalho); território da investigação (urbano, rural, misto); gênero da população estudada; se faz a utilização ou não de metodologias participativas; grupos e comunidades estudadas; técnicas de pesquisa/intervenção utilizadas; e marco teórico e metodológico do estudo.

Discussão

Dados descritivos da revisão

No total, foram encontrados 1.361 artigos, sendo possível aplicar os filtros referentes ao período de publicação, abrangendo os anos de 2012 a 2021, e os idiomas (inglês, espanhol e português) em apenas algumas das bases (ver Tabela 1).

Tabela 1

Dados descritivos referente ao número de artigos encontrados para cada descritor.

Categoría	Frequência	
	“Community Psychology”	“Community Social Psychology”
Base de dados		
BVS	392	46
PubMed	350**	4***
PsycNET	289**	0**
Lilacs	87	36
Pepsic	47***	15***
IndexPsicPeriod	40	15
Scielo	19**	21**

Nota. * Busca realizada sem o filtro de ano

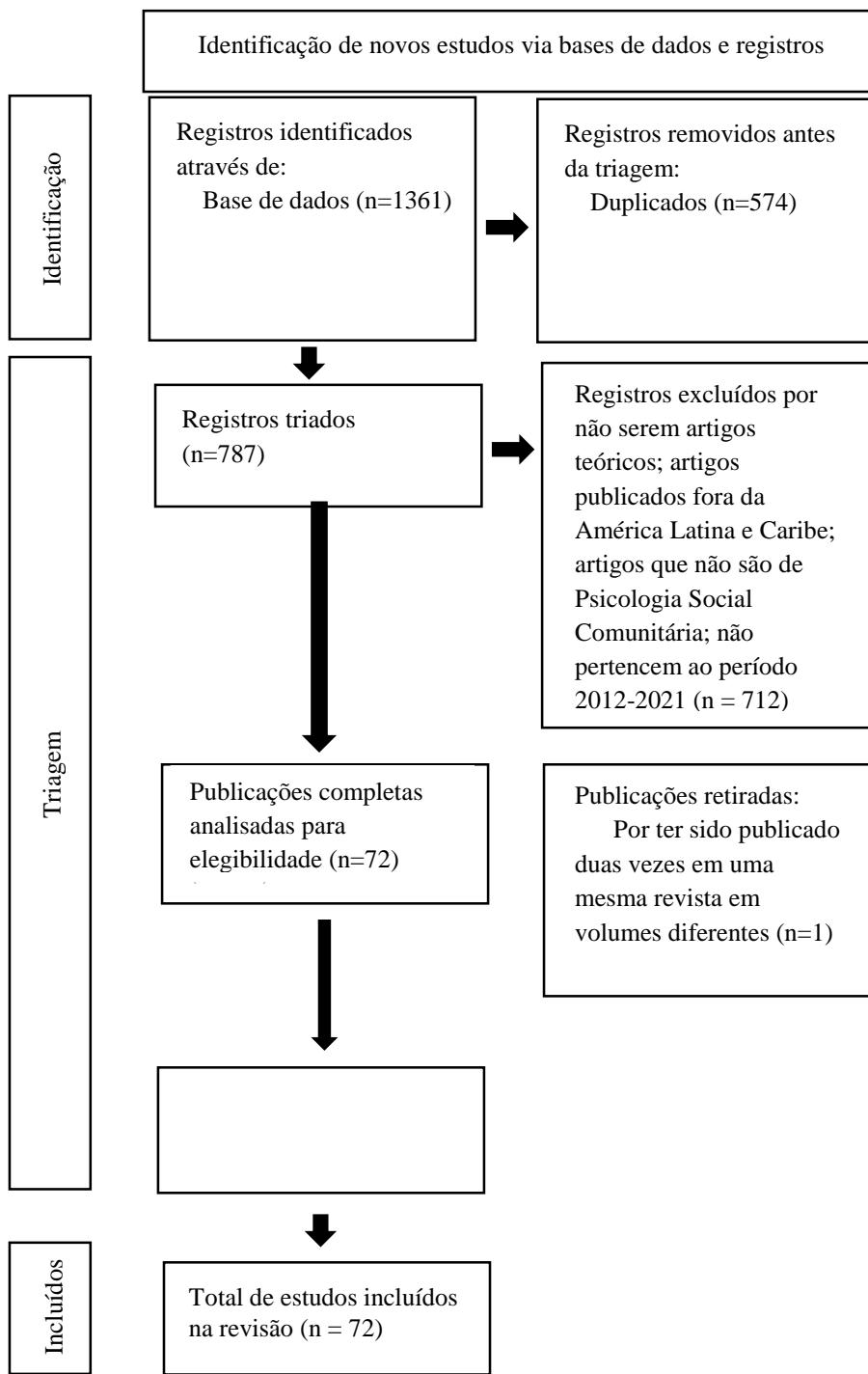
** Busca realizada sem o filtro de idioma

*** Busca realizada sem o filtro de ano e idioma

Na Tabela 1 são apresentados os resultados encontrados nas buscas eletrônicas realizadas nas bases de dados. Após a retirada dos artigos duplicados, restaram 787 artigos que foram analisados segundo os critérios de inclusão e exclusão citados anteriormente. Restando, a partir de então, 72 artigos classificados como elegíveis para realização das análises descritivas.

Figura 1

Fluxograma PRISMA. Procedimentos de identificação e seleção dos estudos incluídos na revisão sistemática.



Nota. Autoria propria.

A partir de então, os artigos selecionados foram classificados de acordo com as categorias pré-estabelecidas (ver Tabela 2). Destaca-se o Brasil como o país com o maior número de publicações (62,5%) assim como o idioma mais frequente o Português

(55,6%). A grande parte dos artigos selecionados trata-se de relatos de pesquisa (77,8%). A Psicologia aparece como área principal das revistas em que estes trabalhos foram publicados (81,9%). O uso de metodologias qualitativas de investigação aparece em 80,6% dos artigos analisados (ver Tabela 2).

Tabela 2*Dados descritivos gerais dos artigos selecionados*

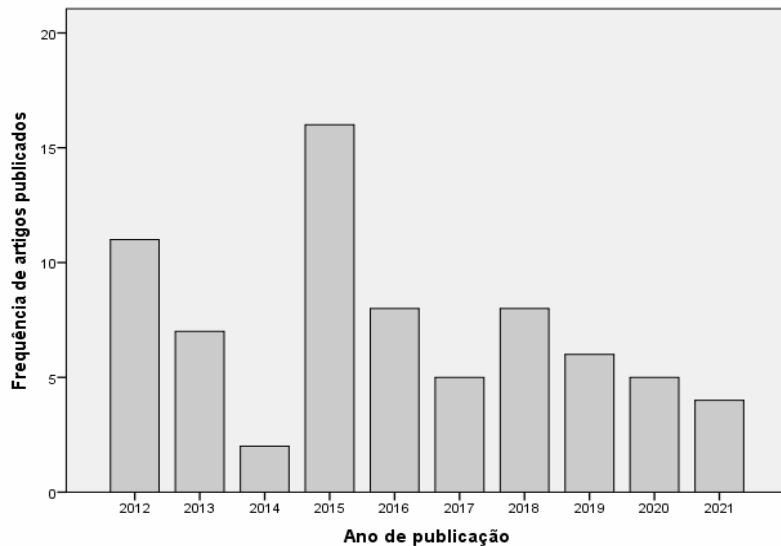
Categoría		Frequência	Porcentagem
País	Brasil	45	62,5
	Chile	7	9,7
	México	3	4,2
	Colômbia	4	5,6
	Argentina	3	4,2
	Peru	3	4,2
	Multicêntrico*	2	2,8
	Paraguai	1	1,4
	Equador	1	1,4
	Uruguai	1	1,4
	Porto Rico	1	1,4
Idioma	Nicarágua	1	1,4
	Português	40	55,6
	Inglês	16	22,2
Tipo de publicação	Espanhol	16	22,2
	Relato de Pesquisa	56	77,8
	Relato de Experiência	16	22,2
Área principal da revista	Psicologia	59	81,9
	Saúde	7	9,7
	Educação	2	2,8
	Interdisciplinar	2	2,8
	Ciências Humanas	2	2,8
Abordagem metodológica	Qualitativa	58	80,6
	Quantitativa	8	11,1
	Mista	6	8,3

Nota. * Pesquisas realizadas em mais de um país da América Latina

Em relação à distribuição de artigos publicados ao longo dos anos, de acordo com o período estabelecido (2012-2021), observa-se que no ano de 2015 há uma concentração de publicações que representa o maior número de trabalhos publicados (16 artigos). O ano de 2014 representa o menor número de publicações deste período (02 artigos). Observa-se ainda que nos últimos anos (2018-2021) houve uma tendência de diminuição no número de publicações (Figura 2).

Figura 2

Número de artigos publicados por ano ($n=72$)



A Tabela 3 apresenta os resultados das análises categóricas realizadas, que estão divididos em Área predominante dos estudos, com destaque para a área Social (54,2%), seguida da área Educacional (18,1%), Saúde (15,3%), Saúde Mental (8,3%) e Organizacional/do Trabalho (4,2%). As metodologias participativas de investigação foram predominantes (51,4%). Além disso, a grande maioria das pesquisas ocorreu em territórios urbanos (80,6%) e com população investigada entre ambos os gêneros (90,3%).

Tabela 3

Análise categórica dos estudos selecionados ($N=72$)

Categoría		Frequência	Porcentagem
Área predominante do Estudo	Social	39	54,2
	Educacional	13	18,1
	Saúde	11	15,3
	Saúde Mental	6	8,3
	Organizacional/do Trabalho	3	4,2
Utilização de Metodologias Participativas	Sim	37	51,4
	Não	35	48,6
	Urbano	58	80,6
	Misto	7	9,7
Território	Rural	4	5,6
	Pesquisas online	3	4,2
	Ambos os gêneros	65	90,3
	Feminino	5	6,9
Gênero da população estudada	Masculino	2	2,8

Tipo de publicação

Observou-se uma predominância de publicações sobre relatos de pesquisa (77,8%) em comparação aos relatos de experiência (22,2%). Essa diferença pode ser atribuída ao fato de que os próprios periódicos em que as buscas desta revisão sistemática foram realizadas sejam mais focados na publicação de relatos de pesquisas e, possivelmente, a veiculação de relatos de experiência aconteça em outras fontes de publicação. De toda forma, a socialização de práticas entendidas como relatos de experiência através de publicações científicas permite que novos e diferentes atores tenham contato com os processos de construção dessas práticas e os tomem como inspiração para o desenvolvimento de novas ações em contextos diversos (Mussi et al., 2021).

Apesar deste cenário, ressaltar a importância da produção de relatos de experiência para o desenvolvimento das práticas em PC em direção aos seus objetivos na América Latina não implica desconsiderar a evidente relevância das temáticas investigadas e do conhecimento produzido nas pesquisas aqui reunidas. Nesse sentido, a Psicologia Comunitária Latino-americana desenvolve seu método partindo da indissociabilidade entre a produção de conhecimento e intervenção na realidade - através da noção de práxis (Montero, 2006). É evidente, portanto, o caráter criativo e desafiador do método de desenvolvimento de pesquisas-intervenções em PC, que devem ser construídas partindo das necessidades e possibilidades específicas de cada grupo ou contexto particular (Freitas, 1998; Montero, 2006).

Populações e comunidades

Com relação às populações e comunidades investigadas nos artigos analisados, destaca-se a grande heterogeneidade dos grupos com os quais as produções de PC têm se aproximado na AL. Foram observados trabalhos realizados junto de moradores de favelas, bairros e comunidade urbanas; moradores de comunidades rurais; diferentes atores (estudantes, pais/responsáveis e professores) presentes em contextos educacionais; trabalhadores das mais diversas especialidades (psicólogos, agentes comunitários de saúde, profissionais da saúde e assistência social em geral, policiais militares e extensionistas rurais); com pessoas em situação de rua; com população LGBTQIA+ (especialmente travestis e transexuais); com povos originários; com usuários de serviços de saúde e assistência social; e integrantes de movimentos sociais (como do Movimento

dos Trabalhadores Sem-Terra [MST], de movimentos de economia solidária e de usuários da saúde mental).

Considerando as extensivas características que reúnem os sujeitos dentro dos grupos citados, as convergências e divergências na forma em que cada um dos grupos pode ser percebido, Montero (2004) ressalta a complexidade embutida no conceito de comunidade na compreensão da PC, uma vez que essa definição se construiu e se constrói com base em diferentes aspectos constitutivos e por diferentes autores ao longo do desenvolvimento da área. Segundo a autora, embora o território geográfico compartilhado tenha sido historicamente enfatizado e possua sua relevância, é o caráter relacional da comunidade o que essencialmente a define, assim como os processos psicosociais de pertencimento, participação, identificação e resistência historicamente compartilhados pelos seus membros. Essa perspectiva é também defendida, em maior ou menor grau, por outros autores em trabalhos críticos acerca do conceito de comunidade (Rocha, 2012; Svartman & Galeão-Silva, 2016), que ocupa um lugar central - de sujeito e objeto de investigação e ação - dentro do corpo teórico da PC (Sawaia, 1996).

Nesse sentido, pode-se compreender como os diferentes grupos estudados nos artigos incluídos na revisão são entendidos enquanto comunidades, a partir do compartilhamento de uma série de elementos comuns que, muitas das vezes, estão simultaneamente presentes e interrelacionados na determinação do campo comunitário. Por exemplo, o compartilhamento de um mesmo território ou lugar geográfico - como em comunidades rurais (Araújo & Calegare, 2018) e entre moradores de favelas (Coin-Carvalho & Ostronoff, 2014) -, de papéis e lugares sociais - usuários (Andrade & Veloso, 2016) e profissionais das políticas de saúde e assistência social (Parra, 2016) -, de vulnerabilidades, vivências e/ou lutas comuns - integrantes de movimentos sociais (Sousa & Bernardo, 2017) e pessoas em situação de rua (Alcantara et al., 2015) -, dentre outros elementos que, de acordo com Montero (2004), podem contribuir para a constituição de uma comunidade.

Além disso, a heterogeneidade de grupos e comunidades alcançados pelos trabalhos analisados assinala uma diversidade positiva dentre as populações com as quais a PC tem se aproximado na AL. Essa diversidade, no entanto, apresenta como denominador comum o fato da quase totalidade das populações investigadas enfrentarem cotidianamente situações que refletem, direta ou indiretamente, processos de dominação e opressão, sendo inseridas em relações de poder baseadas na desigualdade social - em suas mais variadas expressões, seja desigualdade étnico-racial, de classe, de território,

etc. -, que se manifestam nos diversos níveis das relações sociais e que negam a tais sujeitos o direito de viverem em condições favoráveis para o exercício de sua autonomia e de suas diversas potencialidades existenciais. Assim, a realização dos estudos com tais grupos e comunidades é um dado que alude ao direcionamento ético-político da PC latino-americana de desvelar e tornar visíveis os processos sociais que determinam a manutenção das situações de desigualdade e injustiça que vivem amplos grupos populacionais latino-americanos, ao mesmo tempo em que busca conscientizar e fortalecer tais sujeitos para que possam enfrentar e transformar a sua realidade a partir da ação comunitária organizada e de sua capacidade de autogestão (Montero, 1994).

Por último, quanto ao gênero da população investigada, destaca-se a majoritária prevalência de trabalhos realizados sem nenhum tipo de recorte de gênero (90,3%). Dessa forma, indica-se aqui a necessidade de realização de mais estudos futuros com essa orientação pela PC na AL, levando em consideração a importância do marcador de gênero nos processos de opressão e libertação vivenciados em território latino-americano (Federici & Valio, 2020).

Territórios

A classificação do território das investigações que compõem a amostra se dividiu entre as categorias: urbano; misto (pesquisas realizadas em territórios urbanos e rurais, ou pesquisas realizadas em território urbano com foco em populações atravessadas pelas ruralidades); rural e, por último, pesquisas realizadas de forma virtual/online.

Os resultados apontam que os territórios urbanos representam a grande maioria (80,6%) das investigações. Este dado pode ser atribuído ao fato de que na América Latina o desenvolvimento de uma Psicologia que se aproxime da questão rural se caracteriza como recente quando comparado a outras regiões do mundo, como Austrália, Estados Unidos e Canadá, países que possuem formações e departamentos específicos em Psicologia dedicados às questões rurais (Gonçalves et. al., 2015). Atrelado a isso, a própria formação de profissionais na área possui um direcionamento voltado para temas e populações urbanas, o que faz com que a grande maioria dos interesses de pesquisa sejam orientados para essa população (Landini, 2015; Silva & Macedo, 2017). A partir disso, com o objetivo de dar destaque aos trabalhos realizados em territórios mistos e rurais, evidenciando a aproximação da Psicologia com os mesmos, alguns aspectos desses

trabalhos serão apresentados a seguir, uma vez que se apresentam como um universo de investigação possível e necessário.

As pesquisas realizadas em contextos categorizados como mistos representam 9,7% da amostra, e se tratam de trabalhos realizados nos países Colômbia (3 artigos), Brasil (2 artigos), Chile (1 artigo) e Peru (1 artigo). A exemplo do artigo de Araújo e Calegare (2018), que têm como território uma comunidade, que apesar de localizada na zona urbana da cidade de Manaus (AM), apresenta aspectos territoriais característicos de comunidades rurais (igarapés, mata virgem e ruas de barro); falta de infraestrutura, transporte, serviços básicos de saúde; e aspectos históricos que envolvem a luta da comunidade pela terra. Já a investigação Atallah et al. (2018) ocorrida no Chile, realiza entrevistas com membros da comunidade indígena Mapuche, que vivem tanto em áreas rurais e como em áreas urbanas, mas que possuem em comum o enfrentamento ao racismo estrutural, a luta por terras e conflitos sociais diversos.

Em ambos os trabalhos, nota-se que, como apontado por Gonçalves et. al. (2015), que o continente latino-americano apresenta diferentes formas de territorialização de seus povos, mas os processos sociais, a violência e a desigualdade social são aspectos que caracterizam as ruralidades próprias do continente. Dessa forma, a aproximação da Psicologia Comunitária Latino-americana é indicada na literatura como um processo ainda em construção, mas que possui norteadores para a realização de práticas coerentes e comprometidas com a transformação dessa realidade própria das populações rurais (Brandão & Bonfim, 1999; Campos, 1999; Góis, 2005; Ieno Neto, 2007; Lane, 1994) que são, não só na América Latina, mas em todo mundo, as populações com níveis mais altos de pobreza (FAO, 2015).

Nesse sentido, dos trabalhos realizados em territórios propriamente rurais (4 artigos), situa-se, em primeiro momento, a publicação de Sousa e Bernardo (2017) que demonstra a necessidade de se debater sobre as representações sociais referentes ao assentamento rural de reforma agrária, tendo em vista que a compreensão do papel dos sujeitos que compõem este território de luta e resistência, afeta tanto as relações com aqueles que estão a seu entorno, quanto a compreensão de si mesmos. Já no estudo de Angnes e Ichikawa (2019), é possível observar que o público alvo da Feira Agroecológica (agricultores familiares), é levado a uma falsa noção de participação democrática por uma Organização Não-Governamental (ONG) responsável pelo projeto de formação deste espaço. Essa ONG, ao contrário do que se objetiva na idealização da feira, não cumpre com o papel de fomentar um espaço de articulação e de formação de agricultores e

representantes de organizações sociais, evidenciando o descompromisso e a ausência de um trabalho realmente efetivo com estes trabalhadores atravessados por uma das formas de trabalho comum às populações rurais, a agricultura familiar.

Observa-se que apesar de distintos, ambos os trabalhos anteriormente citados possuem a interferência a partir da ótica do agente externo como ponto em comum. É notório que o protagonismo dos agentes de transformação social no que diz respeito às práticas de manutenção do território é negado, tanto na determinação da logística do trabalho vigente com mulheres assentadas (Sousa & Bernardo, 2017) como na denúncia da falsa participação democrática na organização da feira agroecológica (Angnes & Ichikawa, 2019). O estudo de Arellano et al. (2016) apresenta-se também como mais um exemplo do descaso do poder público com uma população que vive em estado de insegurança territorial. Em contrapartida, Moura Jr et al. (2020), partem da Psicometria para contribuir com uma maior robustez aos trabalhos da área e possibilitar novos métodos de intervenção.

Os estudos que aconteceram de maneira remota, através da aplicação de questionários virtuais/online, representam 4,2% da amostra (3 estudos). A escolha dessa modalidade de pesquisa a partir dos objetivos dos estudos citados anteriormente entende-se que a realização de pesquisas online permitiu um quantitativo amostral representativo para o desenvolvimento, formação e a caracterização de profissionais de psicologia, seja no envolvimento com extensionistas rurais (Landini, 2012, 2015) ou na aproximação com profissionais envolvidos com as diferentes organizações pautadas nos princípios da Economia Solidária (Baratieri & Beatriz, 2013).

Psicologia Comunitária e a Diversidade das Perspectivas de Atuação

Pela própria história e princípios epistemológicos, a Psicologia Comunitária se aproxima de temas sociais e grupos vulnerabilizados. Nesse sentido, com o intuito de potencializar a discussão sobre a aproximação da disciplina para além da aproximação social, partiremos do marco teórico utilizado pelos autores para apresentar a seguir alguns aspectos relevantes sobre os trabalhos categorizados como pertencentes a algumas áreas específicas.

Dos artigos que fazem a interlocução entre os princípios da Psicologia Comunitária Latino-americana e área Organizacional/do Trabalho, destacam-se os trabalhos de Santos e Oliveira (2015) e o de Baratieri e Beatriz (2013) em que os autores

articulam a Psicologia com a Economia Solidária. O relato de experiência trazido por Santos et al. (2015) é construído partindo dos pressupostos teóricos clássicos da Psicologia Comunitária na AL, através dos autores Montero (2004), Campos (2003) e Freitas (2005), unidos aos pressupostos da Psicologia do Trabalho de Veronese (2008) e Sampaio (1998). Já o relato de pesquisa de Baratieri e Beatriz (2013), uma vez que se trata da caracterização da inserção profissional do psicólogo na Economia Solidária, aprofunda sua análise com discussões teóricas importantes trazidas pelas referências Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social (2007), Lima (2008) e Singer, (2002). Entende-se que a aproximação da Psicologia Comunitária com o campo da Economia Solidária configura-se como um rompimento aos métodos tradicionais da Psicologia Industrial, que marca a história da Psicologia como área destinada à prestação de serviços ligados ao interesse dos grandes empresários (Sampaio, 1998; Coutinho et al., 2005).

No sentido contrário ao que foi abordado nos artigos anteriormente citados, o trabalho de Stachiu e Tagliamento (2016), trata-se de uma intervenção realizada com alunos de uma instituição de ensino superior pautada nos princípios da área de *coaching* de carreira em grupo de Wolk (2010) e há uma tentativa de aproximação desta área com os princípios da Psicologia Comunitária de Montero (2004), Freitas (2007) e Góis (1993). Os autores discorrem sobre os temas Mercado de Trabalho e Carreira Profissional abordados nas sessões de *Coaching* realizadas com alunos de uma instituição de ensino superior. Observa-se, portanto, uma articulação teórico-epistemológica que tem sido criticada pela contradição entre a visão de social e comunidade de autores latino-americanos e a visão neoliberal que embasam as políticas educacionais de ensino superior no país (Guzzo, 2018).

Dos trabalhos que tem como central discussões e intervenções na área da Saúde Mental, Coelho et al. (2017) e Andrade e Veloso (2016) tratam-se de intervenções realizadas em dispositivos de saúde mental brasileiros, especificamente em dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), partindo dos princípios da Reforma Psiquiátrica. Assim como o artigo de Tisera e Leale et al (2013), que trata-se da caracterização dos obstáculos enfrentados pelos usuários em processo de alta de um hospital da Cidade de Buenos Aires, na Argentina, e aborda a desinstitucionalização e a reabilitação pela perspectiva dos autores Galende (2008) e Sarraceno (2003). Diante deste cenário, a participação social na construção, no fortalecimento e na implementação de políticas públicas de saúde é tida como um dos pressupostos da Psicologia Comunitária que pode contribuir com a área,

uma vez que diante da burocratização comum aos serviços de saúde, os usuários por vezes são colocados em segundo plano e a Psicologia Comunitária se coloca como horizonte para contribuir na fomentação dessa participação mais sólida e coerente (Nepomuceno et al., 2013).

Essa perspectiva de participação abordada anteriormente também ganha espaço nos trabalhos de Carvalho et al. (2012) e Carvalho e Ximenes (2015), que localizam-se em um Movimento de Saúde Mental Comunitário e partem da perspectiva do fortalecimento abordada por Montero (2003). Nesse mesmo sentido, Atallah et al. (2018) parte da Teoria Crítica de Raça aplicadas a Saúde Pública (Ford & Airhihenbuwa, 2010) para examinar processos de resiliência dos indígenas pertencentes às comunidades Mapuche e explorar o impacto do racismo e das lutas decoloniais em curso no Chile.

Métodos e técnicas

Dentre os artigos da revisão nos quais os autores identificaram explicitamente o marco metodológico de seus trabalhos, observou-se uma pluralidade de métodos adotados, semelhante ao que foi apontado quanto aos marcos teóricos dos estudos. De acordo com Montero (2006), a PC latino-americana caracteriza-se como uma área multiparadigmática e multimetodológica, apesar de ter na Investigação-Ação Participativa (IAP), um modelo de referência para a práxis comunitária. Segundo a autora, a relevância da IAP para a PC na AL se deve ao fato de ser um método política e eticamente comprometido com a transformação das situações que busca conhecer, destacando a inseparabilidade entre teoria e prática e incluindo a participação dos sujeitos investigados como condição *sine qua non* para a produção de um conhecimento socialmente relevante. Sendo assim, é um método coerente com as bases ontológicas, epistemológicas, éticas e políticas da PC na AL, sendo que seu próprio desenvolvimento histórico no continente se imbrica com o processo de desenvolvimento da área (Montero, 2006).

A IAP e outros métodos que compartilham de suas características, como a Pesquisa-Participante, a Pesquisa-Ação, a Educação Popular, o Método Dialógico-Vivencial e outros tipos de metodologias participativas estiveram presentes dentre os artigos analisados, sendo identificados em pouco mais da metade das publicações (54,1%). Esse dado indica que a utilização de metodologias de caráter participativo nos trabalhos de PC realizados em contexto latino-americano, embora expressiva, apresenta-

se como relativamente pequena em função da compreensão da importância conferida à participação comunitária no âmbito da PC na AL, meio - e fim em si mesmo - para a transformação dos sujeitos e da realidade em que vivem (Nepomuceno et al., 2013). Dentre as técnicas de caráter participativo utilizadas nos artigos analisados, estão os grupos - forma de atuação prioritária na PC (Pinheiro et al., 2012) -, oficinas, visitas domiciliares, diagnóstico participativo, mapeamento psicossocial participativo, cartografia social, rodas de conversa e círculos de cultura.

Destaca-se, além disso, a adoção de métodos distintos da IAP - e até mesmo de alguns métodos não compatíveis com sua concepção -, de maneira semelhante ao apontado por Wiesenfeld (2014) em sua análise acerca das produções em PC na AL. Os marcos metodológicos indicados pelos autores desses trabalhos foram, por exemplo, a Etnografia, o Plantão Comunitário, o Grupo-Dispositivo, o Grupos Operativos, a Teoria Fundamentada, a Metodologia Pós-Modernista, o Método Hermenêutico-Crítico/Hermenêutico-Dialético, a abordagem Idiográfica, a Psicometria, dentre outros. Dessa forma, é possível indagar se a variedade de métodos utilizados é a expressão de uma riqueza de perspectivas e formas de se fazer PC, ou se isso é evidência de uma possível inconsistência metodológica da área, considerando a dispersão de determinados métodos com relação aos princípios da IAP. O aprofundamento nessa discussão, no entanto, foge ao escopo do presente trabalho.

A diversidade metodológica presente nos artigos selecionados, entretanto, apresenta como ponto de convergência o fato de que grande maioria dos estudos (80,6%) possuíam natureza qualitativa, o que reforça o predomínio da investigação qualitativa na PC latino-americana, já apontado por Montero (2006). Para a autora, as metodologias qualitativas apresentariam algumas características que cabem ser destacadas: maior consonância com os pressupostos teórico-metodológicos e ético-políticos da PC, dado o seu caráter indutivo; a flexibilidade de seus desenhos de pesquisa; a interação propiciada entre os diferentes atores envolvidos, sua perspectiva holística dos fenômenos; a busca de sentido e compreensão dos mesmos dentro do marco de referência dos sujeitos investigados; a valorização da validade ecológica do conhecimento produzido; e a abertura para resultados não inicialmente previstos. Nos trabalhos aqui reunidos, isso também foi observado através do amplo uso de técnicas tradicionais desse tipo de investigação, como entrevistas e outras técnicas narrativas (como História de Vida e História Oral Temática), Grupos Focais, Observação-Participante e Diários de Campo.

Contudo, Montero (2006) indica que isso não se trata de um fator excluente da possibilidade de se combinarem métodos e técnicas quantitativas ao se trabalhar com comunidades a partir do referencial da PC, de forma a ampliar a visão acerca da realidade investigada. Dessa forma, denota-se a presença, ainda que pouco frequente, de artigos cuja metodologia apresenta natureza quantitativa (11,6%) ou mista (8,3%) na amostra da revisão.

Considerações finais

O objetivo da presente revisão sistemática foi apresentar as produções acadêmicas realizadas a partir da perspectiva da Psicologia Comunitária desenvolvida na América Latina, para que seja possível se debruçar sobre alguns dos aspectos que caracterizam as produções científicas que se voltam para o fortalecimento da Psicologia Comunitária em nossa região. A evidente pluralidade teórico-metodológica da área apresentada nos tópicos anteriores aponta para uma das características principais, que é tomada como pano de fundo em estudos que se comprometem com a contextualização e a mudança social: os graves problemas enfrentados pelo continente latino-americano não podem ser solucionados por uma única proposta teórica ou paradigmática (Sarriera, 2010).

Além disso, a aproximação da PC com diferentes contextos e populações na AL, que constituem uma diversidade de comunidades e de situações de desigualdade e opressão enfrentadas, representa uma continuidade e ampliação dos objetivos primeiros (e últimos) da área, ao se alinhar junto aos oprimidos e aos processos de luta e libertação no continente latino-americano. É nesse sentido que as aproximações com novas perspectivas de atuação, como por exemplo, a articulação com a Economia Solidária, são entendidas como avanços pertinentes aos princípios da PC latino-americana, como apontado por Cunha e Leite (2021) que refletem sobre as possíveis contribuições entre as áreas.

Destaca-se, por fim, a pouca aproximação com territórios rurais em comparação aos territórios urbanos e a ausência de artigos que realizem um recorte de gênero específico como possíveis limitações apresentadas pela área nos artigos analisados. Indica-se, portanto, a importância de um maior número de estudos que partam dessas perspectivas, considerando uma melhor compreensão da realidade do continente e, consequentemente, das possibilidades de ação e de mudança. A utilização de metodologias participativas, que se apresenta como uma característica marcante da PC na

AL, pode contribuir para a concretização de tal fim, sendo assim um importante aspecto a ser continuamente enfocado em trabalhos futuros.

Referências

- Alcantara, S. C., Abreu, D. P., & Farias, A. A. (2015). Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicología*, 24(1), 129-143. <https://doi.org/10.15446/rcp.v24n1.40659>
- Andrade, L. A., & Velôso, T. M. G. (2016). Arte e saúde mental: uma experiência com a metodologia participativa da Educação Popular. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(1), 79-87. http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/Andrade%2C%20Vel%C3%9Cso
- Angnes, J. S., & Ichikawa, E. Y. (2019). Feira agroecológica de Francisco Beltrão (Paraná): um projeto de participação sob o enfoque da psicologia social comunitária na perspectiva latino-americana? *Organizações & Sociedade*. 26(91). <https://doi.org/10.1590/1984-9260913>.
- Araújo, K. B., & Calegare, M. G. A. (2018). Os Festejos como Estratégia de Fortalecimento Comunitário em Comunidade de Manaus (AM). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 537-550. <https://doi.org/10.1590/1982-37030002292017>
- Arellano, R., Fabricio, E. B., Alvarado, F., & Suárez, S. (2016). A Participatory Action Research Intervention in a Rural Community of Mexico Concerns Report Method. *Universitas Psychologica*, 15(2), 409-419. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy15-2.pari>
- Atallah, D. G., Painemal, C. C., Albornoz, L., Salgado, F., & Lizama, E. P. (2018). Engaging critical community resilience praxis: A qualitative study with Mapuche communities in Chile facing structural racism and disasters. *Journal of Community Psychology*, 46(5), 575-597. <https://doi.org/10.1002/jcop.21960>
- Baratieri, I. L. R., & Beatriz, M. Z. (2013). Campo de atuação do(a) psicólogo(a) no movimento da Economia Solidária no Brasil. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(1), 71-86. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000100007&lng=pt&tlang=pt.
- Brandão, I. R., & Bonfim, Z. A. C. (1999). *Os jardins da Psicologia comunitária: escritos sobre a trajetória de um modelo teórico vivencial*. Amazon Books.

- Campos, R. H. F. (1999). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia (3a ed.). Vozes.
- Campos, R. H. F. (2003). Introdução: a psicologia social comunitária. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (9ª ed., pp. 9-16). Vozes.
- Carvalho, M. A. A. S., & Ximenes, V. M. (2015). Evaluation of practices in mental health care in the Brazilian Northeast. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 44(1), 40-50. <https://doi.org/10.1080/10852352.2016.1102587>
- Carvalho, M. A. A. S., Ximenes, V. M., & Bosi, M. L. M. (2012). Processos de fortalecimento em um Movimento Comunitário de Saúde Mental no Nordeste do Brasil: novos espaços para a loucura. *Aletheia*, 37, 162-176. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n37/n37a12.pdf>
- Cidade, E. C., Junior, J. F. M., & Ximenes, V. M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. *Psicologia Argumento*, 30(68), 87-98. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/18424>
- Coelho, R. S., Velôso, T. M. G., & Barros, S. M. M. (2017). Oficinas com Usuários de Saúde Mental: a Família como Tema de Reflexão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 489-499. <https://doi.org/10.1590/1982-3703002612015>.
- Coin-Carvalho, J. E., & Ostronoff, V. H. (2014). Cuidado e transformação social: avaliação da implantação do plantão comunitário no Complexo da Funerária. *Estudos De Psicologia*, 19(2), 138-144. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000200006>
- Cunha, E. V., & Leite, M. L. S. (2021). Psicologia Social Comunitária e Economia Solidária no Brasil: diálogos conceituais. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 12(2), 151-173. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2021v12n2p151>
- Falagas, M. E., Pitsouni, E. I., Malietzis, G. A., & Pappas, G. (2008). Comparison of PubMed, Scopus, Web of Science, and Google Scholar: strengths and weaknesses. *FASEB journal: official publication of the Federation of American Societies for Experimental Biology*, 22(2), 338-342. <https://doi.org/10.1096/fj.07-9492LSF>
- Federici, S., & Valio, L. B. M. (2020). Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, 28(2). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>

- Food and Agriculture Organization of the United Nations, FAO (2015). *The State of food and agriculture 2015*. Social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty. FAO.
- Ford, C. L., & Airhihenbuwa, C. O. (2010). The public health critical race methodology: Praxis for antiracism research. *Social Science & Medicine*, 71, 1390-1398.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do Oprimido* (84^a ed.). Paz & Terra.
- Freitas, M. F. Q. (2005). (In)Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as Psicologias Sociais da Libertação e Comunitária. *Psico*, 36(1), 47-54.
- Freitas, M. F. Q. (2007). Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização: intersecções na vida cotidiana. *Educar*, 1(29), 47-62.
- Freitas, M. F. Q. (2016). Desafios atuais e antigas sutilezas nas práticas da psicologia social comunitária. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 6(1), 131-163.
<http://revista.psico.edu.uy/index.php/revpsicologia>
- Galeano, E. (2010). *As veias abertas da América Latina*. L&M Pocket.
- Galende, E. (2008). *Psicofármacos y Salud Mental*. Lugar Editorial.
- Góis, C. W. L. (1993). *Noções de psicologia comunitária*. Edições UFC.
<http://www.repository.ufc.br/handle/riufc/42535>
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia Comunitária: Atividade e consciência*. Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais. <http://www.repository.ufc.br/handle/riufc/42537>
- Goes, N. A., Ximenes, V. M., & Junior, J. F. M. (2015). Relações da Psicologia Comunitária com a Libertação a partir da dialética dominação-opressão. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 6, 140-161.
<http://www.repository.ufc.br/handle/riufc/19629>
- Gonçalves, B. S., Landini, F., Leite, J., Calegare, M. G. A. & Monteiro, R. C. (2015) Construyendo un Abordaje Psicosocial de la Ruralidad desde América Latina: Contribuciones desde el 2do Congreso Latinoamericano de Psicología Rural. In Berenblum, A & Batista, S. (Eds.) *Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas*, 11(14), 6-16.
- Gonçalves, M. A. (2019). *Psicologia favelada: Ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em psicologia*. Mórula editorial.
- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. T. (2016). Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil. *Psicología & Sociedade*, 28(3), 562-571.
<https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p562>

Guzzo, R. S. L (2018) Pesquisa e mudança social: desafios e dificuldades para a formação em Psicologia. *Educar em Revista*, 34(71), 143-156.
<https://doi.org/10.1590/0104-4060.62651>

Ieno Neto, G., (2007). A reforma agrária como alternativa à violência. In M. Grandesso, & M. R. Barreto (Orgs), *Terapia Comunitária: tecendo redes para a transformação social – saúde, educação e políticas públicas* (pp. 47-54). Casa do Psicólogo.

Landini, F. (2015). Contributions of Community Psychology to Rural Advisory Services: An Analysis of Latin American Rural Extensionists' Point of View. *Am J Community Psychol*, 55, 359-368. <https://doi.org/10.1007/s10464-015-9712-4>

Lane, S. T. M. (1994). A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Org.), *Psicologia social: o homem em movimento* (14a ed., pp. 10-19). Brasiliense.

Martin-Baró, I. (1990). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. In I. Martín-Baró (Org.), *Psicología social de la guerra: trauma y terapia* (pp.65-84). UCA Editores.

Martin-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
<https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>

Ministério do Trabalho e Emprego (2007). *Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social: Economia Solidária, Outra Economia Acontece*. Secretaria Nacional de Economia Solidária. <https://base.socioeco.org/docs/cartilha-32pg-economia-solidaria-fbes-cecip-web-071002.pdf>

Montero, M. (1984). La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos. *Revista latinoamericana de Psicología*, 16(3), 387-400.

Montero, M. (2003). *Teoría e práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Paidós

Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos*. Paidós.

Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: El método en la psicología comunitaria*. Paidós.

Montero, M. (2014). Construcción desconstrucción y crítica psicología social comunitaria en América Latina. In: Campos, R. H. F. & Guareschi, P. A. (orgs.), *Paradigmas em psicología social: a perspectiva latino-americana* (6^a ed.). Vozes.

- Moura Jr, J. F., Barbosa, V. N. M., Ramos, T. O., Silva, A. M. S., & Ximenes, V. M. (2020). Validação do Índice Breve de Sentido de Comunidade para contextos rurais em situação de pobreza no Brasil. *Estudos de Psicologia*, 25(1), 91-101. <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20200009>
- Mussi, R. F. de F., Flores, F. F., & Almeida, C. B. de. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, 17(48), 60-77. <https://doi.org/10.22481/praxiesedu.v17i48.9010>
- Nepomuceno, L. B., Ximenes, V. M., Moreira, A. E. M. M., & Nepomuceno, B. B. (2013). Participação social em saúde: contribuições da psicologia comunitária. *Psico*, 44(1), 45-54. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/18400>
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., McGuinness, L. A., ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ (Clinical research ed.)*, 372(71). <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Parra, M. A. (2016). Articulación entre el trabajo clínico y la perspectiva comunitaria: un desafío actual para la salud mental en el contexto de la atención primaria de la salud. *Rev. Fac. Nac. Salud Pública*, 34(1), 30-37. <https://doi.org/10.17533/udea.rfnsp.v34n1a04>
- Pinheiro, F. P. H. A., Barros, J. P. P., & Colaço, V. F. R. (2012). Psicología Comunitária e Técnicas para o Trabalho com Grupos: Contribuições a Partir da Teoria Histórico-Cultural. *Psico*, 43(2), 193-199. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/download/11696/8042/43045>
- Rocha, T. G. (2012). Discutindo o conceito de comunidade na psicologia para além da perspectiva identitária. *Global Journal of Community Psychology Practice*, 3(4). <https://www.gjcpp.org/pdfs/2012-Lisboa-063.pdf>
- Sampaio, J. R. (1998). Psicología do trabalho em três faces. In I. B. Goulart (Org.), *Psicología do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos* (pp. 19-40). Casa do Psicólogo.
- Santos, J. C. & Oliveira, B. A. M. (2015). Possibilidades para a Psicologia na Economia Solidária: Atuação Numa ITCP. *Psicología & Sociedad*, 27(2). <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p372>

- Sarraceno, B. (2003). *La liberación de los pacientes psiquiátricos*. Pax.
- Sarriera, J. C., & Saforcada, E. T. (2010). *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas*. Sulina.
- Sawaia, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: Campo, R. H. F. (org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade a autonomia* (13^a ed.). Vozes.
- Silva, K. de B. & Macedo, J. P. (2017). Inserção e trabalho de psicólogas/os em contextos rurais: interpelações à psicologia. *Revista de Psicologia*, 8(2), 146-154.
- Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. Perseu Abramo.
- Sousa, A. P., & Macedo, J. P. (2019). População em situação de rua: Expressão (im)pertinente da “questão social”. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35510>
- Sousa, C. C., & Bernardo, M. H. (2017). Sem-terra com terra: Resistências cotidianas no assentamento de Araras-SP. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 453-465. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200015&lng=pt&tlang=pt.
- Svartman, B. P. & Galeão-Silva, L. G. (2016). Comunidade e resistência à humilhação social: desafios para a psicologia social comunitária. *Revista Colombiana de Psicología*, 25(2), 331-349. <https://doi.org/10.15446/rcp.v25n2.51980>
- Tisera, A., Leale, H., Lohihorry, J., Pekaren, A. L., & Joskowics, A. (2013). Salud Mental y Desinstitucionalización: Resistencias y Obstáculos en los Procesos de Externación em un Hospital Monovalente de la Zona Sur de la Ciudad de Buenos Aires. *Anuario de Investigaciones*, 20, 251-258.
- Veronese, M. V. (2008). *Psicología social e economía solidaria*. Ideias & Letras.
- Wiesenfeld, E. (2014). La Psicología Social Comunitaria en América latina: ¿Consolidación o crisis?. *Psicoperspectivas*, 13(2), 6-18. https://scholar.google.com.br/scholar_url?url=https://www.scielo.cl/scielo.php%3Fpid%3DS0718-69242014000200002%26script%3Dsci_arttext&hl=pt-BR&sa=X&ei=MKZaZPS6Oq6I6rQP2JOqsAE&scisig=AGlGAw9l3XooWbYGyq2HSprauNxX&oi=scholarr
- Wolk, L. (2010). *Coaching: A arte de soprar brasas em ação*. Qualitymark.

Received: 2023-06-30

Accepted: 2024-08-05